

Após uma breve análise aos documentos fornecidos pelo MEC reconheceu-se ser imprescindível a presença nesta reunião dos técnicos Prof. Costa Lobo e Arq. Luiz Chaves, por serem eles os responsáveis pela argumentação técnica inserta nesses pareceres, sendo por isso só eles as pessoas indicadas para prestar as devidas informações e esclarecimentos. Por outro lado tendo esta reunião como objectivo declarado pelo Governo, a resolução definitiva do contencioso - localização U.I. - só com a presença do Senhor Ministro se poderia atingir esse objectivo, pois sómente Sua Excelência detem poderes de decisão.

Nesse sentido e afim de haver isenção e honestidade no equacionar do problema formulou a ADIM por escrito ao Senhor Ministro de Educação e Investigação Científica, um pedido de presença pessoal, dele próprio e das duas personalidades técnicas referidas, sem as quais, repetimos, esta reunião pouco poderá levar de válido, seguro ou consistente.

A nossa posição aqui, nesta reunião amputada, é necessariamente de não a aceitar sequer, ~~em nenhuma das condições~~.

Porem, e só para que não se pense que isso constitui uma mera desculpa para nos furtarmos ao debate do problema, e só por isso, poderemos tecer algumas considerações sobre a questão de fundo, embora com as faltas anteriormente apontadas e que julgamos fundamentais.

Começaremos por perguntar porque é que não estão presentes o Senhor Ministro e esses técnicos? Será que o Governo não pretende encarar o problema com honestidade, contrariando com os seus actos, as palavras sempre repetidas do Senhor Director-Geral? Será que o interesse final do Governo não é comum ao nosso, o de instalar uma universidade no local que melhor sirva o País e a região e o próprio funcionamento da universidade, tendo em conta sempre os custos de instalação que vão onerar todo o País?

Disse o Senhor Director-Geral que os despachos do MEC só não seriam irreversíveis se apresentassemos argumentação capaz de rebater os estudos técnicos em que os despachos se fundamentaram.

Corremos os estudos fornecidos, do início ao fim, e o que verificamos?

- que afinal os despachos não se fundamentaram em estudos técnicos, bem ao contrario, contrariaram-nos.

Não pretendemos, por isso, rebater esses pareceres, antes fazemos nossa a argumentação neles incerta.

O conhecimento dos documentos só vieram dar mais força à nossa razão. E opomo-nos aos despachos, precisamente por não possuírem base técnica, e só por isso.

Respondemos hoje à pergunta do Senhor Director-Geral. - O local para

*Digitalizado por FCLB*

instalar a universidade concentrada é Braga.

É com total autoridade que agora afirmamos ter sido uma razão exclusivamente política que motivou os despachos.

De resto as razões políticas estiveram sempre presentes nos intervenientes do processo, uns afastando-as, outros temendo as explosões bairristas que, quanto a nós, só existiam no seu espirito. Senão vejamos:

Numa reunião realizada em 20 de Março de 1975, no Gabinete dos Consultores do Plano da Região, com a presença da U.M., do MEIC, da Comissão de Planeamento, da Profabil, do Gabinete e dos Consultores do Plano, é afirmado pelo representante dos consultores o seguinte:

(Folhas 8 dos documentos) "Fica-se sempre na dúvida sobre a influência política que teria ~~servido~~ havido na escolha do local, integrado no inexistente "eixo" Braga-Guimarães."

E pelo mesmo a folhas 11:

"Uma solução que parece de compromisso ("entre Braga e Guimarães") não serve bem, na realidade, nem Braga nem Guimarães."

Note-se que estava em discussão na altura a solução Taipas, mas o compromisso apontado é o mesmo da solução bipolar. Pois localizar uma universidade ente as duas cidades ou localizar duas meias universidades nessas terras traduz identico compromisso.

Mais adiante a folhas 13 afirma-se: "A pretensão de resolver de repente e aparentemente em clima carregado de tensões políticas de natureza emocional e bairrista, também não parece adequado à política que o País decididamente resolveu adoptar e prosseguir".

Na reunião realizada no mesmo local em 9 de Abril declarou o representante da U.M.: (Folhas 66)

"A C.I.U.M responsabiliza os consultores pelas graves ocorrências que poderão surgir, a nível de política local, se for abandonada a hipótese Taipas"

Quer dizer: na altura, como agora, o que interessava era uma solução que politicamente contentasse as duas cidades.

E a reunião acabou com o seguinte ultimatum do Senhor Reitor da U.M.:

"Qualquer hipótese de localização diferente da das Taipas só poderá vir a ser considerada, se for devidamente justificada, num prazo muito curto como melhor alternativa de solução. Em caso contrário, os trabalhos serão prosseguidos dentro da solução Taipas."

É pelo menos estranho como o Senhor Reitor aí assumia posições frontais e agora se escusa a elas quando a solução sempre defendida pela Comissão Instaladora do campo universitário unico é afastada pelo despacho,

sujeitando-se o mesmo leitor a instalar uma universidade que não deseja e considera absurda.

De facto lê-se no parecer nº.3 da U.M.:

"A Comissão Instaladora não concorda com a hipótese de ser inicialmente implantado um campo universitário em mais de um polo (quer se trate de mini campos em Braga e Guimarães, quer de qualquer outra solução) por considerar tal hipótese inadequada.

De facto, tal solução, além de criar grandes dificuldades - porventura intransponíveis - à implantação do modelo estruturalmente adoptado para a U.M. e de não responder, ou responder insatisfatoriamente, às exigências atrás indicadas ( que o campo unico responde ), apresenta sérios inconvenientes, nomeadamente:

1º. Passará a ser necessário maior numero de pessoal docente qualificado, (o qual, alem de inexistente a curto prazo, representa maior encargo), necessidade essa que, em muitos casos, obrigará à criação de duas unidades do mesmo tipo, em cada mini campo;

2º. Resultará maior volume, quer de investimentos iniciais, quer de custos de funcionamento, dadas as maiores areas, mobiliario, equipamento e pessoal necessarios em cada instante para o mesmo numero total de alunos, em consequência de inevitaveis repetições;

3º. Será menos flexivel e menos eficiente a utilização das areas cobertas existentes, mesmo que nos dois mini campos o factor de utilização teorico seja semelhante."

Mas voltemos ao elemento politico em que se fundamentaram de facto os despachos do REIC. O parecer do Arq.Juiz Chaves refere a dado momento:

"Tal conceito... parece apenas ter constituido a resposta momentanea a tensões politicas locais e paixões bairristas em termos minimamente confortaveis".

O proprio texto do despacho nº.497 é nesse sentido claro quando diz que "o conhecimento público das soluções propostas suscitou tomadas de posição fortemente emotivas de vastos sectores da opinião pública dos concelhos interessados - muito em particular de Guimarães, no que se refere aos cursos de tecnologia". E é interessante notar que, pretendendo os despachos solucionar presumiveis conflitos bairristas, atingiram de facto, nesse aspecto, o objectivo, pois somente sob esse ponto de vista os despachos são correctos. Ao darem uma fatia do "bolo" a Braga e outra a Guimarães satisfez-se os interesses bairristas das duas cidades. É que a parte destinada a Guimarães em nada vem prejudicar o desenvolvimento de Braga, e Guimarães ficou cheia de contentamento. O resto da provincia é que pode ter

razões para não estar satisfeita. Veja-se, por exemplo, a posição de Viana.

Mas o problema é bem outro por mais que o queiram esconder !

A prova clara está, que na anterior reunião com o Senhor Director-Geral aqui em Braga, não surgiu nenhum conflito entre Braga, Guimarães e Viana, unicas localidades com representantes presentes. O conflito surgiu, acêso e violento, entre o corpo universitário (docentes e discentes) e o representante do Governo, o que vem colocar o assunto no lugar exacto - A abertura técnica, economico-financeira e pedagogica dos despachos do MEIC.

Afim de os vindouros nos absolverem das culpas que não temos, de consentir num erro histórico, está a ADIM a elaborar um volume denunciador, o qual constituirá a ultima intervenção <sup>dessa Comissão</sup> no processo. Não usaremos processos demagogicos, ou movimentos de pressão. Se tais processos forem utilizados, desde já declinamos a nossa responsabilidade neles. Movem-nos somente o imperativo moral e a consciência do dever civico. Com a publicação desse livro esse dever ficará cumprido.

Analizemos agora sucinta e muito resumidamente as linhas gerais do problema, tal como o entendemos por forma a poder-se, em eventuais debates, aprofundá-lo em pormenor.

Afastada que foi por esta extensa documentação a solução Taipas, alem de outras, resta-nos debruçarmo-nos sobre a hipotese de instalação dum campo unico concentrado em Braga e a da solução de bipolarização Braga-Guimarães

Quanto à instalação de um campo unico em Braga não existe um só parecer que a contrarie ou critique. Bem pelo contrario todos os estudos defendem ou favorecem essa solução. Por ser o mais recente, limitamos-nos a segerir a leitura do parecer do Prof. Costa Lobo, elaborado em Fevereiro ultimo, já depois do primeiro despacho, cujo texto está em distribuição pelos presentes, e a esclarecer que, já depois de publicado o plano da Região, onde se propõe a instalação da U.M. em Braga e estudos universitários na região do médio Ave (constituída pelos concelhos de Guimarães, Santo Tirso e Famalicão), é elaborada em Novembro ultimo, uma informação dos Consultores do Plano em que volta a defender-se a localização da U.M. em Braga, e se reconsidera que os estudos universitários da região do médio Ave, deverão ser do tipo disperso, podendo o nucleo central ficar localizado em Guimarães.

E acerca dessa futura universidade de Guimarães - médio Ave, diz essa informação que a resposta urbanistica a este desafio, após a ponderação da estrutura espacial do povoamento, foi a de uma universidade própria - e não a "meias" com Braga - composta por um sistema de escolas distribuidas junto aos principais centros populacionais do médio Ave, muito intimamente ligada à produção e desenvolvendo eventualmente especialidades de nivel nacional. Em Guimarães, como principal porta virada para o interior, deveriam guardar-se

as funções mais representativas e de ligação, tanto no ensino básico obtido na zona de influência mais directa, como à actividades a fomentar em toda a area especialmente interessada, do Ave e de Tras-os-Montes.

A situação é transparente. Tem Braga como zona de influência toda a região do Minho e litoral, estendendo Guimarães as suas vistas para o médio Ave e Tras-os-Montes, estando naturalmente de costas de uma para a outra.

Os cursos de Braga iriam favorecer o Minho e as técnicas de Guimarães iriam servir o médio Ave e alguma extensão de Tras-os-Montes.

O pior é a ligação contra-natura dos dois polos, semelhante noutro plano à fantasia corporativista de má memória. Assim como esta nunca chegou a existir na prática por inequívoco, também aquela solução bipolar não chegará a funcionar. Talvez por isso mesmo é que não existe um unico parecer técnico que defenda a bipolaridade.

O parecer do Direcção-Geral do Ensino Superior, da responsabilidade do Senhor Arq. Luis Chaves, encomendado para o efeito, mal parecia que não focasse a alternativa bipolar. Mas o técnico, bem se defende, conseguindo salvaguardar a sua isenção, apesar de tudo. Cumpre pois analisar este estudo.

A alternativa bipolar, assim é denominada, não é apresentada como solução, ou sequer proposta de solução, mas somente como uma hipotese de estudo a elaborar, tendo em conta que não se justificaria para já a criação de duas universidades - uma no Minho e outra no médio Ave. Esses dois polos seriam os embriões das duas universidades a criar. Diz o texto:

"Este principio da bipolaridade poderá constituir o ponto de partida para uma análise por parte da Comissão Instaladora da U.F., análise que - repetimos - nunca foi feita".

E conclui da seguinte forma:

"Creio ainda que entre as principais etapas a desenvolver se deverá contar, além de uma análise de uma solução bipolar, o estudo mais promotorizado - incluindo análise de custos reais - das alternativas de localização da universidade... Nenhuma destas etapas deverá, no entanto, obviar a que este problema seja amplamente debatido quer a nível da própria universidade quer nas instâncias superiores da Secretaria de Estado do Ensino Superior e Investigação Científica".

Mas para além do cuidado havido pelo técnico, não tomando posição sobre essa alternativa, o estudo tras implícito a condenação da bipolaridade.

Assim, ao criticar-se a solução Taipas, diz-se que os custos diários dos seus transportes oscilará entre 150 e 200 contos diários, e no final, como já referimos, dá-se destaque que o estudo a empreender terá de analisar os custos reais.

Não será preciso seros matemáticos para deduzir que as carreiras de transporte previstas no ultimo despacho ficarão bem mais caras que os duzentos contos diarios da solução criticada.

Terminamos desejando que esta reunião decorra em ambiente ordeiro, democrático, de respeito mutuo e que se obtenham dela resultados produtivos para a Região e o País.